

ESTREITO ENERGIA S.A.

CNPJ: 07.089.298/0001-05

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Relatório da Administração: A Estreito Energia S.A. ("Companhia"), foi constituída em 1º de abril de 2008, com sede em Poços de Caldas - MG, é uma sociedade por ações de capital fechado, de propósito específico, que foi criada com o objetivo de geração de energia elétrica, via Consórcio Estreito Energia (CESTE) por meio de compartilhamento com outras empresas o potencial de energia hidráulica localizado no Rio Tocantins, Município de Estreito, Estado do Maranhão, divisa dos Municípios de Aguiarópolis e Palmeiras do Tocantins, Estado do Tocantins. A Companhia é uma subsidiária integral da Alcoa Alumínio S.A. ("em conjunto, "Grupo Alcoa"). O Consórcio Estreito Energia foi constituído em 20 de maio de 2002. Seu prazo original é de 35 anos, contados a partir da validade da LO nº 13.111/2023, por meio oficial nº 286/2023/CGTEF/DILIC onde reafirma a validade da Licença de Operação. Em 2023 foi definido que a renovação da Licença de Operação da Linha de Transmissão e Subestação (SE) Estreito deverá ser mantida em separada da Licença de Operação da Usina. Sendo assim, a Licença de Operação da usina permanece sob responsabilidade do IBAMA e a responsabilidade sobre a operação da Linha de transmissão e subestação passou a ser do órgão regulador do estado do Maranhão, a SEMA. Os procedimentos foram adotados e a licença ambiental nº 1155467/2023 emitida em 23/08/2023 com validade até 23/08/2027. **1.4. Concessão Onerosa:** O Contrato de Concessão de Uso do Bem Público ("UBP"), relativo ao projeto para geração de energia elétrica, regido pelo Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, foi outorgado pelo Decreto nº 20.022, de 20 de dezembro de 2020, publicado no Diário Oficial do Estado de 27 de novembro de 2002. Seu prazo original é de 35 anos, contados a partir da assinatura do contrato. Houve extensão deste prazo conforme descrito na nota 1.9 "Repactuação do risco hidrológico - Extensão do prazo de concessão". O prazo da concessão poderá ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento das concessionárias. No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculadas ao Aproveitamento Hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da ANEEL. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria do próprio consórcio. A administração, com base no novo manual de contabilidade do setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, alterou o procedimento adotado em relação à contabilização da UBP de forma prospectiva, registrando assim, a concessão onerosa do uso do bem público como ativo intangível, cujo valor presente em 1º de janeiro de 2015 era de R\$ 33.185. Nos termos do contrato de concessão, o valor do passivo será atualizado anualmente por índice de inflação, que neste caso consiste numa ponderação entre IGP-M e IPCA. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia pagou um total de R\$ 6.299 (R\$ 6.504 em 31 de dezembro de 2023). **1.5. Compromissos com as consorciadas:** Em 5 de novembro de 2002, as consorciadas firmaram o Contrato de Constituição de Consórcio para Implantação e Exploração do AHE Estreito - Consórcio Estreito Energia - CESTE. O objetivo do CESTE é a execução do empreendimento, o qual não tem e nem

Balanco patrimonial			
	Nota	2024	2023
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	97.935	50.557
Caixa restrito	6	5.418	5.504
Contas a receber	—	—	9.006
Contas a receber de partes relacionadas	7	19.353	—
Créditos fiscais a compensar	8	654	4.607
Outros ativos	9	1.931	4.141
Circulante	125.291	73.815	—
Depósitos judiciais	43	54	—
Aplicações financeiras vinculadas	5.3	5.241	4.808
Créditos fiscais a compensar	8	1.241	1.127
Imobilizado	9	729.764	761.629
Intangível	9	176.339	186.047
Direito de uso	10	87	151
Não circulante	912.715	953.826	—
		1.038.006	1.027.641

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Prejuízo do exercício
Reversão de reserva para investimento
Resultado líquido do exercício de 2023 (NE 19)
Lucro líquido do exercício
Constituição de reserva para incentivos fiscais
Constituição de reserva legal
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios e adicional proposto
Constituição de reserva para investimento
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (NE 19)

Reservas de lucros				
	Capital social	Incentivos fiscais	Reserva para investimento	Reserva Lucros (prejuízos)
	557.445	145.687	194.708	23.154
	—	—	(17.536)	17.536
	557.445	145.687	177.172	23.154
	—	—	—	29.173
	24	—	3.021	(3.021)
	—	—	—	1.459
	—	—	—	(6.928)
	—	—	—	20.786
	557.445	148.708	194.937	24.613

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Informações gerais: 1.1. Contexto operacional: A Estreito Energia S.A. ("Companhia"), constituída em 1º de abril de 2008, com sede em Poços de Caldas - MG, é uma sociedade por ações de capital fechado, de propósito específico, que foi criada com o objetivo de explorar por meio de compartilhamento com outras empresas o potencial de energia hidráulica localizado no Rio Tocantins, Município de Estreito, Estado do Maranhão, divisa dos Municípios de Aguiarópolis e Palmeiras do Tocantins, Estado do Tocantins, bem como as respectivas instalações de interesse restrito à central geradora Aproveitamento Hidrelétrico de Energia - Estreito ("AHE Estreito"), mediante a construção, implantação, operação e manutenção da AHE Estreito e comercialização da energia correspondente, nos termos do Contrato de Concessão nº 094, celebrado em 27 de dezembro de 2002 com a União Federal por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e seus aditivos. A Companhia é uma subsidiária integral da Alcoa Alumínio S.A. ("em conjunto, "Grupo Alcoa"). Inicialmente, a Alcoa Alumínio S.A. detinha o direito de exploração compartilhada da cota-parte de 29,49% da concessão da AHE Estreito. Contudo, através da Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.282, de 26 de fevereiro de 2008, foi autorizada a transferência dessa cota-parte detida pela Alcoa Alumínio S.A. na concessão da AHE Estreito para a Companhia, passando esta última a deter os direitos emergentes da concessão e integrando direito o Consórcio Estreito Energia - CESTE. O Consórcio Estreito Energia - CESTE (doravante denominado "CESTE" ou "Consórcio") foi constituído em 20 de maio de 2002. Com sede em Estreito - MA, o Consórcio tem como objetivo a implantação e a exploração do AHE Estreito em consorciação com as regras emanadas do edital de licitação do empreendimento, de seu contrato de concessão e demais regras aplicáveis. O projeto tem capacidade instalada total de geração de 1.087 MW, constituído de 8 (oito) turbinas Kaplan. A energia elétrica produzida pela usina é utilizada ou comercializada pelas consorciadas na condição de produtores independentes de energia elétrica. Na data de 21/01/2021, a Companhia assinou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de Desistência e Renúncia ao Direito de Discutir a Isenção ou a Mitigação de Riscos Hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, de acordo com a Lei 14.052/2020 e resoluções homologatórias 2.919/21 e 2.932/21. Como resultado o seu prazo de concessão foi estendido em 1.876 (um mil oitocentos e setenta e seis) dias, a contar do final do prazo de concessão original. O novo prazo de concessão de concessão será 15 de fevereiro de 2043. A Companhia apurou lucro líquido de R\$ 29.173 em 2024 (prejuízo de R\$ 17.536 em 2023). Os prejuízos apurados em 2023 e 2022 se deram basicamente devido ao cenário de preço spot experimentado durante os respectivos anos, praticamente o ano todo próximo do nível do piso. Já em 2024, foi verificada uma retomada dos preços de energia spot, principalmente durante o segundo semestre, o que contribuiu significativamente para a geração do resultado positivo em 2024. De qualquer forma, mesmo com os prejuízos apurados em 2023 e 2022, a Companhia possui um saldo de Reserva de Lucros significativo de R\$ 368.258 em 2024 (e de R\$ 346.013 em 2023). A Administração da Companhia, de acordo com seus modelos de negócios e baseada na curva de preço de mercado de energia futuro ("curva forward"), reverteu o resultado negativo de 2023 para resultado positivo em 2024. (a) Conflitos geopolíticos: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições à exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Em resposta às agressões, o Grupo Alcoa (em um nível global de sua controladora) deixou de comprar matérias-primas ou vender produtos para empresas russas. A Administração do Grupo tem monitorado continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. Não foram identificados até 31 de dezembro de 2024 impactos relevantes relacionados ao conflito entre Rússia e Ucrânia e também no Oriente Médio. (b) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas: Globalmente o Grupo Alcoa possui como meta reduzir a intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE), considerando escopo 1 e 2 em 30% até 2025 e escopo 1 até 2030 a partir de uma base de 2019 (operação de refinaria e redução). Ambição global é atingir emissões líquidas zero de GEE até 2050. A produção de alumínio (Smelter) na localidade de Alumar, em São Luis (MA) (unidade de negócios da controladora Alcoa Alumínio S.A.) foi relegada no exercício de 2022 com energia 100% renovável, mediante contrato de energia limpa firmado com empresas do mercado. O Grupo também possui a opção de alocar energia da Estreito Energia S.A. para esta operação, uma vez que também se trata de geração de energia renovável. A Companhia elaborou uma análise de recuperabilidade de seu ativo imobilizado através do fluxo de caixa futuro, apresentando resultados favoráveis, visto que há uma expectativa de recuperação do setor. Dessa forma, não há provisão de impairment a ser constituída no exercício de 2024. (c) Reforma Tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e o COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em janeiro de 2025 foi sancionado Projeto de Lei Complementar ("PLP") 68/24, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamentou parte da Reforma Tributária. Embora a regulamentação e a instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 108/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição de uma comissão de trabalho para avaliar o impacto da reforma na administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. **1.2. Aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 26 de março de 2025. **1.3. Questões ambientais:** O órgão ambiental licenciador do empreendimento é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Em 24 de novembro de 2020, o IBAMA concedeu a Licença de Operação "LO" nº 974/10, com validade de quatro anos, a partir da data de 2025, do referido Comitê responsável pelas condições que devem ser executadas durante a fase de operações da UHE Estreito e se referem basicamente à: continuidade de determinados programas ambientais e implementação de novos programas socioeconômico e físico biológico, o monitoramento do Plano de Enchimento do Reservatório, bem como a apresentação periódica de relatórios sobre tais programas aos órgãos competentes. Em 16 de julho de 2014, em tempo hábil, o Consórcio encaminhou correspondência ao IBAMA solicitando a renovação da LO. Conforme § 4º do art. 18 da resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997, emitida pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, a renovação da LO de uma atividade ou empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente. O IBAMA emitiu posicionamento oficial acerca da validade da LO, no dia 13/11/2023, por meio oficial nº 286/2023/CGTEF/DILIC onde reafirma a validade da Licença de Operação. Em 2023 foi definido que a renovação da Licença de Operação da Linha de Transmissão e Subestação (SE) Estreito deverá ser mantida em separada da Licença de Operação da Usina. Sendo assim, a Licença de Operação da usina permanece sob responsabilidade do IBAMA e a responsabilidade sobre a operação da Linha de transmissão e subestação passou a ser do órgão regulador do estado do Maranhão, a SEMA. Os procedimentos foram adotados e a licença ambiental nº 1155467/2023 emitida em 23/08/2023 com validade até 23/08/2027. **1.4. Concessão Onerosa:** O Contrato de Concessão de Uso do Bem Público ("UBP"), relativo ao projeto para geração de energia elétrica, regido pelo Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, foi outorgado pelo Decreto nº 20.022, de 20 de dezembro de 2020, publicado no Diário Oficial do Estado de 27 de novembro de 2002. Seu prazo original é de 35 anos, contados a partir da assinatura do contrato. Houve extensão deste prazo conforme descrito na nota 1.9 "Repactuação do risco hidrológico - Extensão do prazo de concessão". O prazo da concessão poderá ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento das concessionárias. No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculadas ao Aproveitamento Hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da ANEEL. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria do próprio consórcio. A administração, com base no novo manual de contabilidade do setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, alterou o procedimento adotado em relação à contabilização da UBP de forma prospectiva, registrando assim, a concessão onerosa do uso do bem público como ativo intangível, cujo valor presente em 1º de janeiro de 2015 era de R\$ 33.185. Nos termos do contrato de concessão, o valor do passivo será atualizado anualmente por índice de inflação, que neste caso consiste numa ponderação entre IGP-M e IPCA. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia pagou um total de R\$ 6.299 (R\$ 6.504 em 31 de dezembro de 2023). **1.5. Compromissos com as consorciadas:** Em 5 de novembro de 2002, as consorciadas firmaram o Contrato de Constituição de Consórcio para Implantação e Exploração do AHE Estreito - Consórcio Estreito Energia - CESTE. O objetivo do CESTE é a execução do empreendimento, o qual não tem e nem

terá personalidade jurídica. As consorciadas devem realizar e conduzir o empreendimento em plena observância da legislação aplicável e dos seguintes instrumentos: edital, contrato de concessão, contrato de consórcio, estudo de viabilidade, orçamento e implantação, cronograma de implantação, cronograma de aporte de recursos e orçamento anual de operação. A Companhia Energética Estreito S.A., como consorciadora líder, é a responsável pelo cumprimento do contrato de concessão perante a ANEEL e o Poder Concedente. Não será devida à líder nenhuma remuneração pela representação do Consórcio nos termos do disposto na cláusula 6.1 do acordo das consorciadas, ressalvadas as despesas incorridas pela líder com tal representação, que serão tratadas como despesas do Consórcio. A cada consorciadora será atribuído um voto, independentemente de sua participação percentual, nas deliberações das matérias previstas na cláusula 8.3 do contrato de constituição. Cada consorciadora arcará, as suas despesas pessoais, com a remuneração dos membros do Conselho Deliberativo que tiver nomeado. Não será alocada ao CESTE nenhuma despesa das consorciadas, exceto quanto a eventuais despesas de representação diretamente ligadas às obrigações dele. **1.6. Operação e manutenção da usina:** Após o início da operação comercial da primeira unidade geradora, que ocorreu em maio de 2011, as consorciadas, na proporção de suas respectivas participações percentuais, passaram a arcar e a pagar todos os custos e despesas de operação e manutenção da usina, bem como os relativos à administração e ao funcionamento do Consórcio, conforme previsto no Orçamento Anual de Operação. A operação e manutenção da usina ficam a cargo da Engie Brasil Energia S.A., operador escolhido e contratado pelo Consórcio. As consorciadas comercializam e/ou utilizam suas respectivas parcelas de Energia do Projeto Retatada e correspondente Potência Residual, sob regime de produção independente, conforme as condições da licença aplicável. Cada consorciadora é exclusivamente responsável pela comercialização e/ou utilização de sua respectiva parcela da Energia do Projeto Retatada e correspondente Potência Associada. **1.7. Risco de não renovação da concessão:** A Companhia detém a concessão para exploração de serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, da Administração, de que seja renovada após o primeiro termo da concessão pela ANEEL e/ou pelo Ministério de Minas e Energia. Caso a renovação da concessão não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (nova licitação), os níveis de rentabilidade futura e atividade poderão ser alterados. **1.8. Destinação da energia:** A entidade cedente em 20 de julho de 2010, com a sua controladora o Contrato de Compra e Venda de Energia elétrica, autorizou a venda de 100% da energia gerada pela Companhia. Este contrato foi aditado em julho de 2020, ocasião a partir da qual Estreito Energia S.A. passou a ter possibilidade de vender seu volume de energia também para terceiros. **1.9. Repactuação do risco hidrológico - Extensão do prazo de concessão:** Em 8 de Setembro de 2020 foi sancionada a Lei do Generation Scaling Factor - GSF (Lei nº 14.052/20) e em 1º de dezembro de 2020 foi publicada a resolução normativa ANEEL nº 895/20, as quais estabelecem novas condições de repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. O objetivo dessas normativas foi compensar as usinas hidrelétricas pelos riscos hidrológicos de geração de energia, cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia dessas empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de despacho. A compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE se dará por meio de um direito não pecuniário na forma extensão dos prazos de concessão. Em 12 de julho de 2021 foi publicada a Lei nº 14.182 que deu nova redação ao § 4º do art. 2-A e ao §9º do art. 2-B da Lei nº 13.203/2015, ampliando o cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico no Ambiente de contratação regulada - ACR e incluindo as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga. Adicionalmente, em 17 de setembro de 2021 foi publicada a resolução homologatória 2.932/21 que trata do prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do mecanismo de realocação de energia - MRE, incluindo os efeitos do ambiente de contratação livre - ACL e ambiente de contratação regulada - ACR, o prazo de extensão da Companhia é de 1.876 dias equivalente a 5,26 anos. Dessa forma, a Companhia efetuou uma alteração no prazo de concessão

JORNAL MANTIQUEIRA DIGITAL-29-03-25-ESTREITO ENERGIA S A DEMONSTRACOES FINANCEIRAS pdf

Código do documento df8af968-0b39-41b8-b4a1-3399d72b60ca



Assinaturas



EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101
Certificado Digital
anuncio@mantiqueira.inf.br
Assinou

Eventos do documento

29 Mar 2025, 07:52:19

Documento df8af968-0b39-41b8-b4a1-3399d72b60ca **criado** por JOSÉ VICENTE ALVES
(ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email:anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE_ATOM:
2025-03-29T07:52:19-03:00

29 Mar 2025, 07:52:47

Assinaturas **iniciadas** por JOSÉ VICENTE ALVES (ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email:
anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE_ATOM: 2025-03-29T07:52:47-03:00

29 Mar 2025, 07:53:03

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS
LIMITADA:18176958000101 **Assinou** Email: anuncio@mantiqueira.inf.br. IP: 187.87.112.39
(187-87-112-39.as28220.net porta: 46872). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB,OU=AC CONSULTI BRASIL RFB,OU=A1,CN=EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS
LIMITADA:18176958000101. - DATE_ATOM: 2025-03-29T07:53:03-03:00

Hash do documento original

(SHA256):773b6fa0238cb219f892ea3e434577ced3c9d5575cd2a13b117bc88a9eca7d51
(SHA512):8eaf457f7e1f76d9706d3abb86830e714ef865ae950849e3bdd510e126218b60bc5513ec68d781d734f33aea809ca443e977fbd76b744e097d4fb0f330524f9e

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.